



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO PÚBLICO JUDICIAL DE 22 DE ABRIL DE 2019

O EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DO TRABALHO, DR. ROBÉRIO MAIA DE OLIVEIRA, JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ARACATI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE OS BENS PENHORADOS EM PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO PERANTE A VARA DO TRABALHO DE ARACATI SERÃO LEVADOS A PÚBLICO EM PREGÕES DE VENDA E DE ARREMATACÃO, PELO MAIOR LANÇO OFERECIDO, ÀS 09H30MIN, DO DIA 22 DE ABRIL DE 2019, NO MODO ELETRÔNICO, FICANDO NOMEADO PARA TANTO O LEILOEIRO OFICIAL, SR. WILLIAM AUGUSTO FERREIRA DE ARAÚJO, DEVENDO OS INTERESSADOS ACESSAR PREVIAMENTE O SITE <http://www.willialeiloes.com.br>, PARA REALIZAR O CADASTRO E OFERTAR LANCE NO MOMENTO OPORTUNO, SENDO OBSERVADAS AS SEGUINTE PREVISÕES:

1. Os interessados na aquisição dos bens deverão ofertar lances pela *Internet* através do site <http://www.willialeiloes.com.br>, devendo para tanto os interessados efetuarem cadastramento prévio, com até 48 horas de antecedência do início do leilão, ressalvada a possibilidade de qualquer inviabilidade técnica.

2. Estão impedidas de participar pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir obrigações em leilões anteriores, além daquelas definidas em lei.

3. Bens a serem leiloados podem ser reunidos em lotes, desde que sugerido pelo leiloeiro e autorizado pelo Juiz Titular da Vara.

4. Credor que não requerer perante o Juízo da execução a adjudicação dos bens a serem leiloados antes de publicado o Edital poderá adquiri-los no Leilão Público Judicial na condição de arrematante, com preferência apenas na hipótese de igualar o maior lance ofertado e sem a exigência de exibição de preço, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, ainda que o valor da arrematação seja inferior ao crédito.

5. Ficam fixados como percentuais mínimos a serem considerados como preço não-vil para lanços relativos aos bens insertos neste Leilão Público:



- I – 70% (setenta por cento) do valor da avaliação, para bens imóveis;
- II – 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, para veículos automotores;
- III – 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação para os demais bens móveis;

5.1. Os percentuais acima poderão ser alterados a critério do Juiz Titular da Vara/Coordenador do Leilão, levando-se em consideração o montante do crédito a ser garantido através do leilão e, ainda, as dificuldades encontradas para alienação dos bens ao longo da fase expropriatória.

5.2. Qualquer lance em percentuais inferiores aos fixados no item 5 será tido como preço vil e, por conseguinte, rejeitado, salvo se dentro de parâmetros fixados pelo Juiz Titular/Coordenador, consoante item 5.1 deste edital.

6. Aceito o lance, o arrematante recolherá, no ato, a título de sinal e como garantia parcela correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do lance, além do pagamento da comissão devida ao leiloeiro.

7. O sinal será recolhido através de guia de depósito judicial vinculada ao processo de execução e à respectiva Vara, em agência bancária autorizada pelo Juiz Titular da Vara/Coordenador do Leilão (Caixa Econômica Federal – Agência 0743 ou Banco do Brasil - Agência 0121-X), sendo entregue ao lançador cópia da guia de boleto de depósito judicial.

8. A integralização do total do lance deverá ser feita no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do Leilão Público Judicial na mesma conta judicial de que trata o item 8 do presente edital, sob pena de perda, em favor da execução, do sinal dado em garantia, além da perda do valor da comissão paga ao leiloeiro, ressalvada a hipótese prevista no art. 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil-CPC (Lei nº 13.105/2015).

9. Se a arrematação se der pelo credor e o valor do lance for superior ao do crédito, caberá a ele depositar a diferença em 3 (três) dias contados do Leilão, sob pena de, na forma do parágrafo 1º do Art. 892 do Código de Processo Civil-CPC, tornar sem efeito a arrematação.

10. Constituirá remuneração do leiloeiro:

I – comissão de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante;

II – comissão diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor de avaliação, pela guarda e conservação dos bens, na forma do art. 789-A, VIII, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 10.537/2002, até o limite de 5% do valor da referida avaliação;



11. Não é devida comissão ao leiloeiro na hipótese de anulada a arrematação ou se negativo o resultado do Leilão Público Judicial.

12. Se anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão em até 10 (dez) dias depois de recebida a comunicação do Juiz Titular/Coordenador de Leilões.

13. É devida indenização ao leiloeiro, na razão de 2% (dois por cento), para ressarcimento das despesas realizadas, a cargo do executado, calculada com base no valor do acordo firmado ou da remição, se a ocorrência de quaisquer dessas hipóteses de extinção da obrigação se der após a publicação do Edital Judicial e antes do Leilão Público Judicial, desde que o leiloeiro tenha providenciado a ampla divulgação do ato. Deve o Juiz da Execução velar pelo pagamento do referido percentual por ocasião do acordo ou da remição.

14. A comissão do leiloeiro ser-lhe-á paga mediante DEPÓSITO BANCÁRIO comprovado nos autos da execução ou mediante recibo em 3 (três) vias, sendo uma destinada ao arrematante, uma ao processo e uma ao leiloeiro.

15. Tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar proposta durante o Leilão Público Judicial, nunca inferior ao valor da avaliação no primeiro leilão e nunca inferior ao valor mínimo a partir do segundo leilão.

16. O pagamento parcelado de imóveis será admitido mediante depósito, no ato da arrematação, de sinal equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do lance e o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.

17. O saldo do valor da arrematação de bens imóveis será recolhido à mesma conta judicial que acolheu o sinal referido no item 17, em parcelas mensais não superiores a 30 (trinta), cuja definição caberá ao Juiz Coordenador do Leilão quando da apreciação da proposta referida no item 17, bem assim no que se refere às datas de pagamento.

18. No caso de arrematação de bens imóveis, dívidas relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa, e bem assim as relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou contribuições de melhoria, não serão transferidas aos arrematantes, sub-rogando-se no preço da arrematação.

19. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre bem imóvel, conforme Art. 1.499, VI, do Código Civil.

20. Não estão incluídos no rol das dívidas mencionadas no item 20, as quais ficarão a cargo do arrematante:



I – eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio, etc.;

II – despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis – ITBI;

III – débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente;

IV – eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental;

V – demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso;

21. No caso de arrematação de veículos automotores (automóveis, aeronaves, motocicletas, embarcações e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa não serão transferidos ao arrematante, sub-rogando-se no preço da arrematação. Também não serão transferidas dívidas referentes a multas pendentes, que sejam de responsabilidade pessoal do proprietário anterior.

21.1. Não estão incluídas no rol das dívidas mencionadas neste item as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária;

21.2. O veículo automotor (automóvel, motocicleta, embarcação, aeronave e similar) será entregue ao arrematante no estado em que se encontrar à época da arrematação;

21.3. O prazo para levantamento de gravames porventura existentes sobre o veículo automotor arrematado dependerá de resposta dos órgãos impositores à comunicação expedida pelo Juiz Coordenador do Leilão para seu levantamento.

22. Compete apenas ao interessado no bem (ou bens) eventual pesquisa de débito junto aos diversos Órgãos.

23. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça do Trabalho e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transporte daqueles arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes/arrematantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações do bem, ou bens, oferecidos no leilão. Qualquer dúvida e/ou divergência na identificação/descrição do bem, ou bens, deverá ser dirimida no ato do Leilão.



24. A(s) foto(s) que ilustra(m) a descrição do(s) bem(ns) constrito(s), se houver, não reflete(m) necessariamente seu(s) estado(s) atual(is) de conservação.

25. O bem que tenha sido objeto de várias penhoras sujeitar-se-á a uma única venda judicial em Leilão Público Judicial, observada a precedência legal, de acordo com o disposto no Art. 908 do Novo Código de Processo Civil-CPC.

26. Os bens que não forem objeto de arrematação, ao final do Leilão Público Judicial, e para os quais tenha havido proposta de desmembramento de lotes aceita pelo Juiz Titular/ Coordenador de Leilões, serão novamente apregoados na mesma data, de forma resumida, mantendo-se o mesmo percentual para o valor do lance mínimo exigido no item 5.

27. Frustrada a alienação, poderá o Juízo de Execução renovar o praceamento dos bens constritos ou determinar sua substituição, segundo Art.848, VI-CPC.

28. Encerrado o Leilão Público Unificado, serão emitidas pelo leiloeiro certidões positivas dos bens arrematados e subscritas pelo arrematante. Quanto aos bens que não lograram lance serão emitidas certidões negativas também pelo leiloeiro. Ambas as certidões serão subscritas pelo Juiz Titular, sendo impressas em tantas vias quantas necessárias para juntada aos autos da execução e entrega ao leiloeiro e ao arrematante, se houver.

29. Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidades previstas em lei, serão aceitas reclamações e/ou desistências dos arrematantes/adjudicantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro: “Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem(ns) e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa”.

Segue abaixo relação de bens:

LOTE 01 - Processo 0000093-76.2016.5.07.0035

RECLAMANTE: BELRIA RAVENA SILVA DE LIMA

ADVOGADO: ROBERTO ALBINO FERREIRA - OAB: CE8377

RECLAMADO: L S PONTES – ME, CNPJ: 12.996.130/0001-05

ADVOGADO: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA VIANA - OAB: CE15287

RECLAMADO: LUMA SOMBRA PONTES - CPF: 051.873.213-40

BENS MÓVEIS:

A) Dois Ar-condicionados Komeco, branco, 12 mil BTUS, com mais ou menos um no de uso, estando eles em perfeitas condições de uso em sua totalidade, perfazendo um valor de R\$ 1.100,00(hum mil e cem reais) cada, perfazendo um total de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais).



b) Um Ar-condicionado Consul, branco, 12 mil BTUS, com mais ou menos um no de uso, estando eles em perfeitas condições de uso em sua totalidade, perfazendo um valor de R\$ 1.300,00(hum mil e trezentos reais).

c) Um Televisão Panasonic, 42' polegadas, preta, com mais ou menos uns 4 anos de uso, estando ele em perfeita condições de uso, avaliado em R\$1.000,00 (um mil reais);
AVALIAÇÃO TOTAL : R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

DEPOSITÁRIO: LUIS LIMA PONTES - CPF:218.983.593-34

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA SIMÃO DE GÓES, 1237 CENTRO JAGUARUANACE

DATA DA PENHORA: 12/02/2019

ÔNUS: NÃO CONSTA

LANÇO MÍNIMO: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais)

VALOR DA DÍVIDA: 4.587,77 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), atualizado até 17/09/2018

LOTE 02 - Processo: 0000272-10.2016.5.07.0035

RECLAMANTE: IRANILDO SILVANO DOS SANTOS

ADVOGADO: CELIA MARIA SERPA MARQUES - OAB: CE0007029

RECLAMADO: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE VEICULOS

CATEGORIA AB FENIX LTDA - ME - CNPJ: 16.837.623/0001-53

ADVOGADOS: DIOGO BARBOSA CARDOSO - OAB: CE34284 - CPF: 985.646.333-53

BENS MÓVEIS:

a) Um veículo Chevrolet Celta, 1.0 LLT, placa ORW2738, modelo 2014, cor branca, 4 portas, completo com ar-condicionado, vidros elétricos, direção hidráulica, trava, estando o restante em perfeitas condições de uso, perfazendo um total de R\$16.000,00(dezesseis mil reais).

b) Um veículo Chevrolet Celta, 1.0 LLT, placa ORW2438, modelo 2014, cor prata, 4 portas, completo com ar-condicionado, vidros elétricos, direção hidráulica, trava, estando o restante em perfeitas condições de uso, perfazendo um total de R\$16.000,00(dezesseis mil reais).

c) Uma moto Honda CG Fan Es, placa OSQ1908, modelo 2014, cor preta, estando o restante em perfeitas condições de uso, perfazendo um total de R\$6.000,00(seis mil reais).

d) Uma moto Honda CG Fan Es, placa OSQ2248, modelo 2014, cor preta, com a parte traseira quebrada e sem pneu, estando o restante em perfeitas condições de uso, perfazendo um total de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

DEPOSITÁRIO: MARIA MAGNOLIA BARROS GONDIM

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: AV. 22 DE JANEIRO, 4440 MORRO ALTO,-
ICAPUÍ - CEARÁ

DATA DA PENHORA: 06/06/2018

LANÇO MÍNIMO: R\$ 21.000,00 (VINTE E HUM MIL REAIS);

VALOR DA DÍVIDA: R\$41.954,80 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), atualizado até 27/07/2016, referentes À RT 0000272-10.2016.5.07.0035 e 0000573-54.2016.5.07.0035 .

LOTE 03 - Processo 0000374-95.2017.5.07.0035

RECLAMANTE: JOSE VIANILDO SILVA DO NASCIMENTO - CPF: 967.634.263-72



RECLAMADO: SOCIAL EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA - ME -
CNPJ: 10.172.338/0001-84
ADVOGADO: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA - OAB: CE0020787
- CPF: 003.838.363-28
RECLAMADA: BRIGIDA DE MORAIS PEREIRA - CPF: 015.015.203-50

BENS MÓVEIS:

01 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP DESKJET F4180, avaliada em R\$200,00;
01 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP DESKJET 3745, avaliada em 70,00;
01 armário de escritório, duas portas, com chave, cor amadeirada escura, avaliado por R\$100,00;
01 gaveteiro com 04 gavetas, com chave, cor amadeirada escura avaliado em R\$300,00;
01 MICRO-ONDAS Consul, 30L, frente espelhada, avaliado em R\$350,00;
01 BEBEDOURO GELÁGUA ESMALTEC, cor branca, avaliado em R\$350,00;
02 CADEIRAS EM POLIPROPILENO, COM BRAÇOS E PES DE ALUMINIO, COR PRETA, avaliadas em R\$160,00;
02 MESAS DE CENTRO, AMBAS COM TAMPO REDONDO, (SENDO UMA MAIS ALTA), COM PÉS AMADEIRADAS, avaliadas em R\$300,00;
01 MESA LATERAL COM TAMPO REDONDO E PÉS AMADEIRADOS, avaliada em R\$150,00;
01 CONJUNTO 04 CADEIRAS E MESA DE CENTRO PARA VARANDA, eM METAL, MATERIAL AMADEIRADO E TECIDO SINTÉTICO PRETO, avaliado em R\$600,00;
02 POLTRONAS ESTOFADAS COM BRAÇO, COR CLARA, avaliadas em R\$600,00;
AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 3.180,00 (três mil, cento e oitenta mil reais);
DEPOSITÁRIO: BRIGIDA DE MORAIS PEREIRA
LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA GONÇALVES DIAS, 35 CENTRO, VARZEA ALEGRE-CE
DATA DA PENHORA: 16/01/2019
ÔNUS: NÃO CONSTA
LANÇO MÍNIMO: R\$ 1.272,00 (HUM MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS);
VALOR DA DÍVIDA: 11.490,53 (ONZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), atualizado até 04/10/2017

LOTE 04 - Processo 0001463-56.2017.5.07.0035

RECLAMANTE: ANTONIO MARCOS DA SILVA
ADVOGADOS: ANTONIO CICERO VIANA DE LIMA - OAB:
CE0005056, ANA CECILIA ROCHA DE LIMA - OAB: CE0031650 e ANA PAULA DA COSTA DE CARVALHO LIMA - OAB: CE34945
RECLAMADO: J M D CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 05.017.281/0001-09
ADVOGADO: MARIA BETANIA SOUSA LOUREIRO - OAB: CE0025433

BENS MÓVEIS:

01 CONDICIONADOR DE AR SPLIT, MARCA CONSUL, DE 18.000 BTUS, FUNCIONANDO, COR BRANCA, AVALIADO EM R\$1900,00;



01 CONDICIONADOR DE AR SPLIT, MARCA HITACHI, DE 12.000 BTUS, FUNCIONANDO, COR BRANCA, AVALIADO EM R\$800,00;
01 IMPRESSORA HP OFFICEJET, PRO K8600, COR CINZA E PRETA, FUNCIONANDO, AVALIADA EM R\$ 400,00;
AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 3.100,00 (três mil, cem reais);
DEPOSITÁRIO: MARIA BETANIA SOUSA
LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA NOGUEIRA ACCIOLI, 1400 SALAS 26, 27 E 28 CENTRO, FORTALEZA-CE
DATA DA PENHORA: 18/01/2019
ÔNUS: NÃO CONSTA
LANÇO MÍNIMO: R\$ 1.240,00 (UM MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS);
VALOR DA DÍVIDA: 7.639,91 (SETE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), atualizado até 01/08/2018.

Caso as partes, por qualquer motivo, não venham a ser intimadas da data da realização da Praça, dele ficam cientes pela publicação deste edital, bem como pela sua fixação em lugar costumeiro neste Fórum. Eu, TERESA MARIA ROCHA DA HORA, servidora da Vara do Trabalho de Aracati, subscrevi.

Publique-se.

Aracati/CE, 15 DE MARÇO DE 2019.

ROBÉRIO MAIA DE OLIVEIRA

JUÍZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ARACATI

